

David Harvey

# O Enigma do Capital

E as Crises do Capitalismo

Tradução de  
Maria Carvalho

EDITORIAL BIZÂNCIO  
LISBOA, 2011

*Clóvia*

Harvey D. O enigma do capital.

Isaac, Sissano. 2011

6

## A geografia de tudo isto

A CRISE QUE SE INICIOU NOS ESTADOS UNIDOS EM 2007, em mercados imobiliários bem localizados, depressa alastrou pelo mundo através de um sistema financeiro e de transacções que deveria disseminar o risco e não a destruição financeira. À medida que alastravam os efeitos da contracção do crédito, a crise foi tendo repercussões diferentes consoante os locais. Tudo dependia do grau em que os bancos locais e outras instituições como fundos de pensões tinham investido em activos tóxicos que estavam a ser espalhados a partir dos Estados Unidos, do grau em que os bancos de outros países tinham copiado as práticas americanas e feito investimentos de alto risco, da dependência das empresas locais e instituições (como câmaras municipais) das linhas de crédito abertas para refinanciar as suas dívidas, do impacte da rápida queda da procura por parte do consumidor, tanto nos Estados Unidos como noutros países de economias viradas para a exportação, dos altos e baixos na procura de matérias-primas (sobretudo o petróleo) e nos seus preços, das diferentes estruturas de emprego e de apoio social (incluindo os fluxos das remessas dos migrantes) e da cobertura social predominante nuns e noutros países. Quando, como e porque atingiu a crise um determinado país, região ou localidade, se atingiu? Por que motivo o desemprego na União Europeia (com uma média de 8,9% em Abril de 2009) varia entre os 2%, nos Países

Baixos, e os 17,5%, em Espanha? Qual a importância de as famílias americanas não terem poupado quase nada nos últimos anos, de as famílias britânicas andarem a poupar 2% do seu rendimento e as alemãs 11%? Por que motivo o Líbano, com toda a sua tumultuosa história recente, quase não sentia os efeitos da crise no Verão de 2009? (Uma resposta parcial: devido ao enorme estímulo económico decorrente da reconstrução do país, em ruínas na sequência do bombardeamento israelita de 2006).

Na China e na maior parte da Ásia, o problema sentiu-se quase inteiramente no colapso dos mercados de exportação, ao passo que, na Islândia, se deveu quase exclusivamente à exposição dos bancos nacionais aos activos tóxicos. Os bancos canadianos rigorosamente regulamentados não têm registado dificuldades até agora, mas as indústrias dependentes do comércio com os Estados Unidos têm sido gravemente afectadas. A Grã-Bretanha ressentiu-se terrivelmente porque seguiu o modelo americano em quase todos os aspectos, ao passo que a Alemanha teve de enfrentar sobretudo uma queda nas exportações, embora tenham corrido boatos de que o sistema bancário alemão ocultaria muitos activos tóxicos. A China, com as suas enormes reservas em divisas, possuía recursos financeiros em abundância para enfrentar as dificuldades, o que não era o caso da Islândia, totalmente desprovida de recursos.

As reacções das populações e das autoridades estatais variaram visivelmente de um país para outro, consoante a profundidade e a natureza do problema local, as predilecções ideológicas, as interpretações dominantes quanto às causas básicas, as disposições institucionais (a rede de segurança social de muitos países europeus, por exemplo, é muito mais forte do que a dos Estados Unidos, extremamente parcimoniosa), os hábitos e costumes (no que toca às poupanças pessoais, por exemplo) e a disponibilidade de recursos (excedentes orçamentais, sobretudo) para enfrentar as repercussões locais. A Alemanha, com recordações horríveis das consequências da inflação de Weimar que levou Hitler ao poder, temia que o financiamento através de empréstimos desencadeasse a inflação, motivo pelo qual se apegou rigidamente às ortodoxias neoliberais, ao passo que os Estados Unidos aderiram alegremente (com grande embaraço dos conservadores em matéria fiscal que ressuscitaram

no partido Republicano) à doutrina de Reagan de que «os défices não têm importância». Sendo as reacções e as repercussões tão diversas, de onde poderão provir a recuperação ou alguma reviravolta inovadora rumo a uma economia política alternativa? Conhecemos a resposta que foi dada à crise de 1997-98 no Leste e Sudeste da Ásia: os mercados de consumo dos Estados Unidos, florescentes mas alimentados pelo endividamento dos consumidores, permitiram que as economias da região recuperassem a saúde económica por intermédio da exportação. E desta vez de onde virá a solução? Dos mercados emergentes no Brasil, na Índia e na China, que ainda estão a evidenciar sinais de crescimento? Não podemos adivinhar, embora existam muitos indícios que apontem para o Leste da Ásia como epicentro da recuperação. É quase impossível prever tanto os efeitos da crise como as vias geográficas por onde poderão brotar os chamados «rebentos verdes» da recuperação económica.

Para ilustrar as estranhas vias de disseminação do contágio financeiro, vejamos o seguinte exemplo.

Como muitos outros municípios de todo o mundo, Berlim estava a ter dificuldade em financiar o seu sistema de transportes públicos durante a década de 1990. O governo central cada vez mais neoliberal não se mostrava disposto a dar apoio. Os consultores financeiros congregaram uma maneira: locação financeira (*leasing*) a longo prazo do equipamento a investidores nos Estados Unidos, seguida de uma operação de *lease back*. Os investidores nos Estados Unidos, que recebiam créditos fiscais pela depreciação do investimento no estrangeiro, partilhavam a sua redução de impostos com a empresa de transportes públicos berlinense (que recebeu cerca de 90 milhões de dólares em finais da década de 1990). Com efeito, os contribuintes americanos estavam a subsidiar os municípios alemães, muitos dos quais fizeram negócios semelhantes com tudo (desde sistemas de abastecimento de água e de esgotos até centros de congressos). Quando as autoridades fiscais americanas descobriram o esquema, tentaram resolver o ponto fraco em 2004. Mas os contratos, complexos e escritos em inglês, mantiveram-se em vigor. Especificavam que o valor dos bens locados tinha de ser seguro por uma seguradora bem cotada. O município de Berlim foi persuadido pelo banco de investimento

americano J. P. Morgan a segurar-se por meio de uma CDO, garantida por muitas instituições financeiras altamente consideradas, incluindo os Lehman Brothers, o AIG e bancos islandeses. Quando se deu a derrocada de todas estas instituições em Setembro de 2008 e a CDO se revelou tóxica, Berlim teve de encontrar outra seguradora bem cotada (o que era impossível na altura) ou apresentar activos próprios como garantia. Devia 200 milhões de dólares ou mais. Muitos outros municípios alemães deram consigo na mesma situação (Leipzig foi particularmente afectada porque a cidade tinha locado quase tudo o que tinha). Mas, como referiu uma autoridade municipal alemã, era muito difícil não ser seduzido por um esquema desses quando tantos outros municípios exultavam com a sua boa sorte na década de 1990.

O fiasco da locação financeira transfronteiriça na Alemanha alimentou a interpretação europeia, muito plausível mas errada, apresentada por líderes alemães e franceses, de que a crise era uma produção caracteristicamente anglo-americana e não uma falha sistémica do capitalismo. As reacções amplamente nacionalistas (e, em alguns casos, perigosamente de direita, como se viu nas eleições europeias de Junho de 2009, quando os partidos de direita aumentaram substancialmente a sua votação) à crise, por quase toda a Europa, tornam-se fáceis de entender. Mas a ideia de que as indústrias exportadoras alemãs floresceram por si só, como se o surto de consumo alimentado pela dívida do outro lado do Atlântico não tivesse nada a ver com isso, é o grande exemplo do modo como as percepções nacionais estreitas distorcem as realidades do que é verdadeiramente o capitalismo globalizador.

★ ★ ★

Então, o que guia a trajectória geográfica das crises que se desenvolvem e como se relacionam as repercussões e as respostas políticas locais com a dinâmica global? Em suma, será que existe alguma teoria do desenvolvimento geográfico desigual a que possamos recorrer, que nos ajude a compreender a dinâmica geográfica complexa da acumulação do capital, contextualizando assim o modo como esta crise em particular se desenvolveu?

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos seus quadros geográficos, e esses quadros são, por natureza, extremamente diversos. Mas os capitalistas e os seus agentes também assumem um papel activo e proeminente na transformação desses quadros. Estão sempre a surgir novos espaços e novas relações espaciais. Criam-se novas redes de transportes e de comunicações, e cidades e paisagens agrícolas altamente produtivas. Grande parte da terra tem sido desflorestada, têm-se extraído recursos das entranhas da terra, têm-se modificado *habitats* e condições atmosféricas (tanto local como globalmente). Tem-se pescado incessantemente nos oceanos e espalhado por todo o planeta todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida). Têm sido enormes as alterações ambientais a longo prazo provocadas pelas acções humanas ao longo de toda a nossa História. As transformações provocadas pelo capitalismo foram ainda maiores. Há muito que as dádivas da natureza foram superadas por aquilo que o homem construiu. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

No entanto, os capitalistas não são os únicos que se empenham na sua produção. Desde cerca de 1700 que o crescimento da população mundial se tem processado a uma taxa acumulada, semelhante àquela a que se processa a acumulação do capital. A população mundial atingiu mil milhões de habitantes cerca de 1810. Aumentou de 1,6 mil milhões em 1900 para 2,4 mil milhões em 1950 e para mais de 6 mil milhões em 2000. As estimativas actuais apontam para 6,8 mil milhões e as projecções para cerca de 9 mil milhões em 2050.

A natureza exacta da relação entre acumulação do capital e crescimento demográfico é uma questão em debate, mas o que é quase certo é que o capitalismo não teria sobrevivido e florescido desta maneira sem a expansão perpétua da população, à sua disposição quer como produtores quer como consumidores. Tem sido assim, mesmo quando essas populações não estavam organizadas segundo as relações sociais, tecnologias, formas de produção e disposições institucionais do capitalismo. Os contributos da escravatura, do ouro inca, das reservas de matérias-primas roubadas às populações indígenas e dos mercados não capitalistas para a

produção e absorção dos excedentes do capital têm sido essenciais ao desenvolvimento capitalista ao longo de séculos. As indústrias de algodão que floresceram em Manchester em 1860 assentavam no algodão em bruto produzido nas plantações dos Estados Unidos por mão-de-obra escrava levada de África, enquanto os produtos acabados eram vendidos, *inter alia*, à população numerosa e em crescimento da Índia não capitalista, mas controlada pelo imperialismo britânico. Mas a inversa também se aplica: sem o crescimento permitido pela acumulação do capital, as populações teriam morrido à fome, a não ser que se tivesse concebido outra forma de abastecimento.

Mais recentemente, a população da China rural, acabada de proletarizar, mas só em parte, estabeleceu as bases para um período espectacular de crescimento capitalista. Este aumento tem ajudado a manter o crescimento acumulado de um capitalismo cada vez mais volátil, não obstante as tensões que se têm registado em regiões que não podem competir com as indústrias de baixos salários da China. Vejamos outro exemplo: o movimento maciço das populações em expansão para zonas urbanas tem exercido enormes pressões no uso dos solos, desempenhando assim um papel fundamental no aumento do valor das terras e das rendas nas mãos de capitalistas fundiários e de promotores imobiliários.

Esta necessidade de acomodar um número cada vez maior de pessoas no planeta Terra tem causado só por si transformações geográficas maciças. Os movimentos migratórios e de pioneiros apoderaram-se de continentes pouco povoados, como a América do Norte em 1700, transformando-os em centros de crescimento dinâmico para a acumulação de pessoas e também de capital. Nos primórdios da história do capitalismo, o estabelecimento dos colonos e a actividade dos pioneiros nas fronteiras desempenharam um papel fundamental na abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista. Hoje ainda existem milhões de camponeses, pequenos agricultores e produtores, artífices, pequenos fabricantes e reparadores, além das pessoas que vivem estilos de vida alternativos ou que se limitam a fazer face à falta de oportunidades de incorporação no sistema capitalista, cuja ligação à acumulação do capital é débil ou superficial. O seu envolvimento é

largamente orquestrado pelos seus contactos com o sistema de mercado e pela sua participação limitada no intercâmbio de mercadorias. Contudo, a tributação pelo Estado proporciona um meio de longa data de trazer populações desse tipo para a órbita geral da acumulação do capital, através da necessidade de vender qualquer coisa para pagar ao cobrador de impostos.

Este enorme exército fornece não só uma potencial reserva de mão-de-obra como um potencial mercado. Recentemente, por exemplo, o que a linguagem oficial das instituições internacionais chamava «sector informal» (e, portanto, de certa forma exterior à lógica da acumulação capitalista) tem sido redefinido como o mundo das «microempresas». Por conseguinte, o destino destes empreendimentos está ligado ao do capital por intermédio da extensão do microcrédito e dos sistemas de microfinanciamento a estas «microempresas». Estes sistemas concedem pequenos montantes (com taxas de juros muito elevadas) a colectivos (normalmente um grupo bastante pequeno de mulheres), entre as cerca de 2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. A finalidade alardeada é permitir que a população se eleve acima do nível da pobreza e se junte à alegre tarefa da acumulação do capital. Algumas pessoas são bem sucedidas, mas as restantes ficam escravas da dívida.

Estas populações constroem uma geografia própria de inúmeras maneiras. No entanto, as suas situações demográficas e económicas variam muitíssimo. No Leste e no Sudeste da Ásia, a população continua a crescer, embora tenha vindo a ser espoliada da sua abundante riqueza, desde o século XVII pelo menos até agora, devido a práticas colonialistas e imperialistas crescentes. Os centros mais avançados de acumulação de capital, como a maior parte da Europa Ocidental e o Japão, deslizaram para um crescimento demográfico negativo (com o consequente envelhecimento da população que coloca todo o tipo de problemas à sustentabilidade da acumulação do capital), ao passo que, no resto da Ásia, na América Latina e em África, a população continua a aumentar. Entretanto, a China, com a sua restrição draconiana ao tamanho das famílias, procura conter o crescimento da sua já enorme população (1,2 mil milhões), enquanto os Estados Unidos

apoiaram o seu crescimento demográfico numa política de imigração mais aberta mas cada vez mais contestada (acompanhada de um influxo significativo de imigrantes ilegais que fornecem grande parte da mão-de-obra barata necessária à agroindústria, construção civil e trabalho doméstico em particular).

As pessoas ocupam espaço e têm de viver na terra, seja onde for e seja como for. O modo como vivem, como se sustentam e como reproduzem a espécie varia imenso, mas criam sítios onde vivem, desde as cabanas dos camponeses, as pequenas aldeias, os bairros de lata e os prédios urbanos até às moradias em lotes, as mansões multimilionárias nos Hamptons de Long Highland, as residências protegidas na China ou os apartamentos com terraço em São Paulo ou na Cidade do México. A concepção e a criação de um sítio para viver que se torna o ambiente seguro a que se chama casa e lar têm repercussões na terra tão amplas como as da acumulação do capital, justamente quando a criação desses sítios se torna um importante veículo de produção e de absorção de excedentes. Com o tempo, a produção do «urbano», onde a maioria da população mundial em crescimento vive actualmente, foi-se entrelaçando cada vez mais com a acumulação do capital, ao ponto de se ter tornado difícil separá-las uma da outra. Mesmo nos bairros de lata com casas construídas pelos próprios habitantes, a chapa ondulada, as embalagens e os encerados começaram por ser mercadorias.

As populações excedentárias estão tão pouco ancoradas como o capital. Fluem em todas as direcções à procura de oportunidades ou de emprego, não obstante as barreiras à migração por vezes erguidas pelos países. Empregadas domésticas, grupos migrantes de operários da construção civil e trabalhadores agrícolas competem com populações locais que se movimentam à procura de uma vida melhor. Polacas limpam os hotéis em torno do aeroporto londrino de Heathrow, letonianas servem em *pubs* irlandeses, trabalhadores do México e da Guatemala constroem torres de condomínios em Nova Iorque ou apanham morangos nos campos da Califórnia, palestinos, indianos e sudaneses trabalham nos Estados do Golfo, etc. As remessas dos Estados do Golfo para a Índia e o Sudeste da Ásia ou para os campos de refugiados palestinos equivalem aos fluxos provenientes dos Estados Unidos em direcção ao México, ao

Haiti, às Filipinas, ao Equador e a muitos outros países menos desenvolvidos. Diásporas de todos os tipos (tanto de negócios como de mão-de-obra) formam redes que se entretecem intricadamente na dinâmica espacial da acumulação do capital. E é exactamente nessas redes que distinguimos agora os efeitos da derrocada financeira a espalharem-se por quase todos os cantos e recantos da África rural e da Índia camponesa. A malnutrição e a fome declarada reinam no Haiti à medida que vão secando as remessas provenientes dos Estados Unidos, porque as empregadas de limpeza de Nova Iorque e da Florida estão a perder os seus empregos.

Por conseguinte, criam-se paisagens humanas de diferença geográfica em que as relações sociais e os sistemas de produção, os estilos de vida quotidiana, as tecnologias e as formas organizacionais, e as relações com a natureza se associam a disposições institucionais para produzir lugares distintos com qualidades diferentes. Por seu lado, esses lugares são marcados por políticas distintas e por maneiras de viver contestadas. Pense por um momento nas diversas formas de todos estes elementos se associarem no lugar onde o leitor vive. Esta complexa geografia física e social exhibe a marca dos processos sociais e políticos, bem como das lutas que a produziram.

O desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado como volátil: uma cidade desindustrializada no Norte da China; uma cidade que encolhe na ex-Alemanha do Leste; cidades industriais florescentes no delta do rio das Pérolas; uma concentração de tecnologias da informação em Bangalore; uma Zona Económica Especial na Índia onde camponeses espoliados se revoltam; populações indígenas pressionadas na Amazônia ou na Nova Guiné; os bairros abastados em Greenwich, Connecticut (que era, pelo menos há pouco tempo, a capital mundial dos fundos especulativos); os campos petrolíferos da região de Ogoni, na Nigéria, motivo de tantos conflitos; as zonas autónomas abertas por um movimento como os Zapatistas, em Chiapas, no México; os vastos campos onde se produz soja no Brasil, no Paraguai e na Argentina; as regiões rurais de Darfur ou do Congo onde as guerras civis não cessam; os subúrbios antiquados de classe média de Londres, Los Angeles ou Munique; os bairros de

lata da África do Sul; as fábricas de vestuário do Sri Lanka ou os *call centres* de Barbados e Bangalore onde só trabalham mulheres; as novas megacidades dos Estados do Golfo com os seus edifícios desenhados por arquitectos de topo. Tudo isto (e, evidentemente, muito mais), visto em conjunto, constitui um mundo de diferença geográfica criado pela acção do homem.

À primeira vista, este mundo parece tão geograficamente diverso que escapa à compreensão séria, já para não falar do controlo racionalizado. Como se relaciona tudo isto? É óbvio que há entrelaçamentos e inter-relações. As guerras civis em África, de muitas maneiras tristes heranças das práticas coloniais europeias, reflectem a longa história de lutas lideradas por empresas e estados para controlar os valiosos recursos do continente. Actualmente, a China é um protagonista cada vez mais importante. A fábrica no Norte da China ou no Ohio encerra em parte porque abrem fábricas no delta do rio das Pérolas. O *call centre* em Barbados ou Bangalore presta serviços a clientes no Ohio e em Londres, e as camisas e saias usadas em Paris têm etiquetas do Sri Lanka ou do Bangladesh, à semelhança dos sapatos que eram feitos em Itália e que provêm agora do Vietname. Os Estados do Golfo construíram edifícios espectaculares à custa do comércio do petróleo, que depende em parte do uso pródigo da energia ao serviço de um estilo de vida predominantemente suburbano nos Estados Unidos.

Como se produz toda esta diferença geográfica? Como se tece a sua variedade aparentemente infinita e incontrolável e entretetece para formar a geografia dinâmica em que vivemos?

★ ★ ★

Em que espaço ocorre o processo coevolucionário apresentado mais atrás? Vejamos primeiro um subúrbio americano típico numa grande área metropolitana como Washington, em 2005, antes da crise financeira. A população é relativamente homogénea (maioritariamente branca mas com alguns americanos negros educados e alguns imigrantes recentes igualmente educados de países tão diversos como Índia, Taiwan, Coreia do Sul e Rússia) e razoavelmente abastada. As vivendas em lotes espalham-se organizadamente e

accede-se com facilidade, de automóvel, a escolas, supermercados e centros comerciais (com actividades de entretenimento), estabelecimentos de saúde e instituições financeiras, estações de gasolina e salões de venda de automóveis, instalações desportivas e espaços abertos. O emprego local é maioritariamente nos serviços (sobretudo no sector financeiro, nos seguros, no sector imobiliário, no *software* e na investigação médica), e as actividades produtivas existentes visam a manutenção de um estilo de vida suburbano da classe média (reparação de automóveis, centros de jardinagem, carpintaria, equipamento médico) ou a reprodução ou produção suplementar do ambiente construído (indústria da construção e seus fornecedores como canalizadores, assentadores de telhados e reparadores de vias). A base de cálculo do imposto é estável e adequada, e a administração local, à excepção das habituais práticas de cedência aos interesses dos construtores e promotores imobiliários, é razoavelmente eficiente. A duração dos percursos diários entre o local de trabalho e a casa é considerável mas suportável, sobretudo com a ajuda de todo esse equipamento electrónico que transforma o interior de um carro num centro de diversões. A vida quotidiana está razoavelmente bem organizada, à excepção de algumas rupturas escandalosas de casamentos ou de alguns crimes realmente horríveis; as relações sociais são individualistas mas integram-se nas formas sociais, sobretudo nas associadas às igrejas, escolas e clubes de golfe. A posse de habitação própria (apoiada em hipoteca e com dedução nos impostos) está generalizada, o que assegura a defesa da habitação individual como norma colectiva, mantida pelas associações de proprietários, mesmo no meio de tanto individualismo. Todas as casas estão repletas de diferentes tipos de equipamento electrónico, e, como é evidente, todos têm *iPod* e telemóveis, que usam permanentemente.

Neste mundo, as relações entre as sete esferas de actividade estão harmonizadas por formas que a maioria das pessoas considera seguras e tranquilizadoras, ainda que um pouco monótonas. Os conflitos são mínimos (em geral do tipo «não no meu quintal»), e até os dois partidos políticos concorrentes apresentam candidatos moderados. Os fluxos de capital que entram, circulam e saem deste lugar são constantes, e a configuração particular das

relações entre as diferentes esferas de actividade facilita a continuação desses fluxos.

Comparemos esta situação com uma outra zona não muito afastada (na Pensilvânia, por exemplo), que já foi uma cidade industrial florescente (siderurgia e metalurgia) e que sofreu recentemente um processo de desindustrialização e de encerramento de fábricas. A população era bastante homogénea, assente em empregos aparentemente seguros (homens, operários e sindicalizados) e com uma estrutura familiar baseada na principal fonte de rendimento, masculina, e no trabalho ocasional a tempo parcial e mal pago das mulheres. Mas tudo isso desapareceu. Muitos homens estão desempregados ou vivem de apoios sociais, as casas deterioram-se (algumas estão vazias e vandalizadas), muitos estabelecimentos de comércio local encerraram, a base de cálculo do imposto é fraca, as escolas e serviços degradaram-se proporcionalmente, e os apoios sociais, pensões e cuidados de saúde são periclitantes. Os salões que eram usados para conviver estão abandonados ou quase vazios, e só as igrejas ainda acolhem as pessoas para esse efeito e para as confortar. A pequena criminalidade generaliza-se descontroladamente. Aumentam os casos de alcoolismo e consumo de drogas. As relações entre os géneros transformam-se radicalmente e os divórcios aumentam em flecha, à medida que as mulheres se vão tornando o principal ganha-pão, e a classe operária tradicional, composta por homens, descobre-se reduzida ao estatuto de uma subclasse descartável. Estão em curso várias tentativas de recuperação da zona, mas nada parece resultar muito. Algumas mulheres com conhecimentos informáticos rudimentares criaram um local de troca directa de bens por outros bens e uma rede colectiva de apoio (um exemplo do que agora se chama «economia solidária»). Um empresário local esforça-se por conseguir que os comerciantes apoiem um evento artístico capaz de atrair visitantes, e os preços baixos das habitações atraem pessoas desiludidas de uma metrópole próxima como Nova Iorque, onde a vida se tornou demasiado dispendiosa. Mas são imigrantes, homossexuais e boémios cujos valores diferem radicalmente dos valores da população predominantemente branca e operária que ali viveu com tanta segurança. As tensões étnicas e sexuais disparam.

Trabalhadores sazonais imigrantes instalam-se em algumas casas vazias e são recebidos com hostilidade. A violência contra os imigrantes intensifica-se. O colapso da base produtiva provocou uma reacção em cadeia em todas as outras esferas, forçando ajustes coevolucionários difíceis, dolorosos e conflituais nas concepções mentais, relações sociais, padrões de vida quotidiana e de reprodução social, bem como nas tecnologias e sistemas de governação. A desarmonia entre as esferas é palpável, não sendo certo como voltarão a encontrar um equilíbrio.

Vejamos agora o que na Índia se define legalmente como «bairro de lata»: milhares de pessoas amontoadas numa zona sem registos prediais ou de habitação. A governação exerce-se através de estruturas de poder informais decorrentes ou da riqueza económica, adquirida legal ou ilegalmente, ou do estatuto. As personalidades carismáticas religiosas ou políticas surgem como líderes locais. O poder formal do Estado raras vezes se exerce directamente e, quando tal acontece, ou é através de violentas intervenções policiais ou militares e de imposições burocráticas ou legalistas, ou através da corrupção em nome da protecção. Existe alguma actividade económica: pneus de borracha transformados em sandálias são vendidos nas ruas, e é possível encontrar, no meio de estruturas densas e caóticas, algumas redes que subcontratam quem produza artigos de cabedal ou outro artesanato que acaba nas lojas de Manhattan. Normalmente não há água canalizada nem esgotos, e cheira mal em toda a parte. A electricidade é ocasionalmente pirateada. A esperança de vida é curta, e a mortalidade infantil chocantemente elevada.

As relações sociais costumam ser tão predatórias como solidárias, e é frequente o recurso à violência como forma de manter o poder social, ou mesmo a vida. Os migrantes acabados de chegar das aldeias são tratados como o que há de mais baixo, e as relações entre os géneros e as estruturas familiares são tão instáveis como efémeras, embora alguns grupos estabeleçam fortes laços de apoio mútuo. Há tentativas rudimentares de melhorar as condições por parte de algumas ONG, e um projecto-piloto de microfinanciamento como solução para a pobreza está a ter dificuldade em lançar-se.

Num gabinete remoto, existe um qualquer plano de reestruturação do ambiente físico mas a maioria das pessoas encara-o como uma conspiração para as afastar de uma terra potencialmente valiosa. Não há cuidados de saúde (a não ser as medicinas populares e as curas indígenas), e a educação prima pela ausência ou é esporádica. Há algum fluxo de trabalho em direcção ao resto da cidade: homens que trabalham na construção civil ou na jardinagem, e mulheres que varrem o chão para famílias da classe média, a troco de quase nada, mas que, pelo menos, comem bem dos restos dos ricos. Há transístores por todo o lado e, na ausência de telefones fixos, os telemóveis (muitas vezes roubados) também estão em toda a parte. Na verdade, a principal actividade de mercado é a venda de bens roubados ou a troca de produtos baratíssimos. Neste espaço, delimitado por uma auto-estrada e um rio sinuoso, as sete esferas de actividade coexistem numa configuração única. Embora radicalmente diferentes dos subúrbios americanos, ainda podemos descrever as relações internas na totalidade deste espaço e dissecar o processo de coevolução muitas vezes tenso e contraditório que transforma este bairro de lata num espaço-ecológico dinâmico.

Nestes três sítios, as trajectórias coevolucionárias apontam para direcções aparentemente diferentes. Num deles, os ventos económicos, sociais e políticos sopram numa direcção, noutro estão estagnados e, noutro ainda, sopram numa direcção completamente diferente. Mas, em cada caso, somos capazes de perceber como a vida é vivida e como as circunstâncias estão a mudar. Com efeito, temos à nossa disposição inúmeras monografias histórico-geográficas, sociológicas e antropológicas que descrevem pormenorizadamente as interacções e mudanças que ocorrem neste ou naquele lugar (muitas vezes invocando tacitamente relações entre diferentes esferas de actividade). Os média fornecem descrições de como as coisas se estão a passar (bem ou mal, consoante os casos) em «velhos subúrbios americanos», no Cazaquistão, no Cairo, em Wuppertal, Chennai (Madrasta), Mombaça ou Canton, no Ohio. O grande problema surge quando tentamos juntar todos estes relatos diferentes vindos de todo o mundo de uma maneira que sublinhe, ao mesmo tempo, a sua interdependência e a sua indubitável singularidade.



Se pudéssemos cartografar a movimentação do capital pelos diferentes pontos do globo, teríamos algo semelhante às imagens de satélite, captadas no espaço, dos sistemas meteorológicos redemonstrando através dos oceanos, das montanhas e das planícies do planeta Terra. Veríamos um aumento de actividade aqui, zonas de acalmia ali, anticiclones noutra sítio e depressões ciclónicas com profundidades e dimensões diferentes noutros. Aqui e ali, tornados rasgariam a terra e, em certos momentos, tufões e furacões atravessariam os oceanos, constituindo ameaças iminentes para quem estivesse no seu caminho. Chuvas refrescariam os pastos, tornando-os verdejantes, enquanto secas noutros locais queimariam a superfície da terra.

À primeira vista, toda esta movimentação parece caótica e imprevisível, mas a observação e análise atenta têm revelado padrões no interior desse caos redemonstrante. Também se detectam alterações a longo prazo nos sinais climáticos. Os climatologistas e os meteorologistas conseguem captar as forças da dinâmica dos fluidos, os balanços de energia e outros, subjacentes a grande parte da movimentação, mesmo que tenham de recorrer à teoria do caos para enquadrar as suas ideias acerca dos pormenores. Até podem lançar-se, ainda que de modo sempre imperfeito, na previsão de padrões climáticos a curto prazo e de alterações de longo prazo como o aquecimento global. Chegaram certamente a um ponto em que são bastante convincentes as ideias retrospectivas sobre o que se passou.

O geógrafo económico enfrenta problemas análogos no que toca à descoberta de alguns padrões característicos e de sinais a longo prazo de mudança, no caos aparente da actividade social, económica e política que observa no solo. Um mapa sinóptico da actividade económica na década de 1980, por exemplo, teria mostrado uma série de picos a formarem-se e a redemonstrarem em torno da costa do Pacífico de grande parte do Leste e Sudeste da Ásia (do Japão até Hong Kong) bem como ao longo da costa oeste dos Estados Unidos e pela Baviera e Toscana. Teria mostrado a maior parte da América Latina estagnada mas com tendência a violentos tumultos políticos e económicos, e uma série de depressões profundas a atravessarem o vale do Ohio e a Pensilvânia, as zonas industriais britânicas bem como o vale do Rur na Alema-

nia. Contudo, a grande diferença em relação a um estudo climático é que, enquanto neste se pode partir do princípio de que as leis da dinâmica dos fluidos se mantêm constantes ao longo do tempo, as leis da acumulação do capital estão sempre a evoluir à medida que os comportamentos humanos se vão adaptando, de maneira reflexiva, a novas circunstâncias.

A arte e a ciência da análise e previsão geográficas mantêm-se lamentavelmente atrasadas em comparação com o esforço dedicado à compreensão do clima no mundo. Por outro lado, as ciências sociais também costumam, demasiadas vezes, virar as costas ao problema da geografia. Em geral, embora haja excepções maravilhosas, os antropólogos preferem considerar intratável a confusão do global, a fim de justificar um enfoque exclusivo nas etnografias locais; os sociólogos centram-se em algo a que chamam comunidade ou, mais recentemente, confinam os estudos às fronteiras nacionais; e os economistas transformam toda a actividade económica num mero exercício de discussão. A geografia complexa de tudo, do local ao global, é ignorada ou reduzida a uma qualquer versão banal de determinismo geográfico físico do tipo do preconizado recentemente por Jared Diamond em *Guns, Germs and Steel* ou pelo economista Jeffrey Sachs em *The End of Poverty (2005)*<sup>1</sup> ou, ainda pior, ressuscita as teorias perigosas (porque muitas vezes auto-induzidas) das lutas darwinianas entre estados pela dominação geopolítica.

O resultado é uma lacuna duplamente séria. Não compreendemos bem o que acontece onde e porquê nem como os acontecimentos num sítio influenciam as condições noutros. Tão-pouco conseguimos avaliar até que ponto a reprodução do capitalismo depende das formas aparentemente caóticas do desenvolvimento geográfico desigual. Em consequência, ainda estamos menos certos do que devemos fazer a meio de uma crise, embora estejamos, colectivamente, em posição de mudar as leis da reprodução social e da acumulação do capital (esperamos que para melhor) através de uma acção consciente.

<sup>1</sup> *O Fim da Pobreza*, trad. de Paulo Tiago Bento, Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2006. (N. da T.)

Então, será que existem alguns princípios geográficos a que possamos recorrer para compreender todo este caos aparente e o papel que desempenha na reprodução do capitalismo? Tento a seguir esquematizar algumas ideias.

★ ★ ★

O primeiro princípio é a necessidade de superar todos os limites geográficos à acumulação do capital. O capital, como disse Marx em *Grundrisse der Kritik des Politischen Ökonomie*, «esforça-se por destruir qualquer barreira artificial às relações, isto é, ao intercâmbio, e por conquistar toda a Terra para o seu mercado.» Também tem de lutar perpetuamente para «aniquilar este espaço com tempo». Que quer isto dizer e por que é assim?

Os mercadores e os negociantes sedeados em cidades cedo aprenderam que a sua sobrevivência numa potência feudal ou imperial baseada na propriedade fundiária dependia de cultivarem uma capacidade superior de manobrar no espaço. O capital mercantil e comercial (bem como o capital bancário nascente) contornaram e acabaram por subverter a ordem feudal em grande parte por meio de estratégias espaciais, ainda que protegessem certos locais (as primeiras cidades comerciais) como ilhas de liberdade ligadas umas às outras num mundo de restrições feudais. A classe capitalista e os seus agentes (incluindo uma diversidade de diásporas comerciais nacionais) têm mantido até hoje grande parte do seu poder de dominação devido a uma capacidade superior de controlo e de mobilidade no espaço. Como qualquer general sabe, esses mesmos poderes são fundamentais para a manutenção da superioridade militar. A chamada «corrida espacial» entre os Estados Unidos e a União Soviética nas décadas de 1960 e de 1970 foi talvez a versão mais dramática desta ambição omnipresente na actualidade. Emerge assim um imperativo conjunto do nexo entre o estado e as empresas, que se constituiu no interior do capitalismo, de financiar as tecnologias e as formas organizacionais que garantem a dominação constante do espaço e do movimento espacial pelo Estado e o capital. Daí o concurso patrocinado pela British Royal Society, no século XVIII, para a construção de um cronómetro que pudesse funcionar em alto mar, indicando correcta-

mente as localizações. Antigamente, os mapas eram guardados em cofres fechados à chave como segredos de Estado. Agora, temos satélites, sistemas de GPS e o Google Earth para nos orientar, embora isso não tenha impedido os Estados Unidos de adquirirem todas as imagens de satélite do Afeganistão para proteger os seus interesses militares. Aviões teleguiados que sobrevoam o Afeganistão lançam mísseis comandados por uma base no Colorado. As ordens da Wall Street dadas por computador são executadas em Londres e recebidas instantaneamente em Zurique e Singapura.

Esta tendência para o domínio do espaço possui raízes muito mais fundas do que a mera racionalidade económica. A sua psicologia é importantíssima. A crença fetichista na capacidade humana de transcender as cadeias que nos mantêm presos ao planeta Terra surgiu há muito como um motivo central no desejo utópico burguês. «Deuses, aniquilai espaço e tempo / e fazei dois amantes felizes» são versos de Alexander Pope, poeta do século XVIII. O grande filósofo racionalista René Descartes mandava o seu engenheiro vigiar o mundo de um lugar alto na crença de que a natureza podia ser dominada pelo homem. O Fausto de Johann Goethe fez um pacto com o Diabo para conquistar a onipotência sobre o planeta. O romancista Honoré Balzac, que é sempre um imenso manancial de revelações sobre os desejos fetichistas das classes em ascensão, imaginou-se «a percorrer o mundo, a dispor de tudo a meu bel-prazer... Possuo o mundo sem me esforçar e ele não tem qualquer domínio sobre mim... Estou aqui e posso estar em qualquer outro lugar! Não dependo do tempo, nem do espaço, nem da distância. O mundo é meu servo.»

A conquista do espaço e do tempo e o domínio do mundo (tanto da «mãe Terra» como do mercado mundial) surgem em muitas fantasias capitalistas como expressões masculinas deslocadas, mas sublimes, de desejo sexual e de crença carismática milenar. Será esta crença fetichista que impulsiona os «espíritos animais», cada vez mais fortes, dos financeiros? Será por isso que muitos financeiros e magos dos fundos especulativos são homens? Será assim que as pessoas se sentem quando apostam de uma vez só todo o dinheiro da Nova Zelândia? Que espantoso poder de percorrer o mundo e de o curvar aos seus próprios desejos!

Marx e Engels explicaram com clareza às consequências laicas desta atitude no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 de uma maneira facilmente entendível por qualquer operário afetado pela desindustrialização nos últimos quarenta anos:

As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação produtos dos países e climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras.<sup>1</sup>

Aquilo a que chamamos presentemente «globalização» há muito que está na mira da classe capitalista.

Nunca saberemos se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma manifestação de algum anseio humano universal ou um produto das paixões específicas da classe capitalista. O que podemos afirmar com segurança é que a conquista do espaço e do tempo, bem como a busca incessante de dominar a natureza, há muito que assumiram um papel central na psique colectiva das sociedades capitalistas. Não obstante todos os tipos de críticas, de objecções, de reacções contrárias e de movimentos políticos de oposição, e apesar do grande número de consequências inesperadas na relação com a natureza que se fazem sentir cada vez mais, ainda prevalece a crença de que a conquista do espaço e do tempo, bem como da natureza (incluindo até da natureza humana), está de certo modo ao nosso alcance. O resultado tem sido uma inexorável tendência para o mundo do capital produzir aquilo a que chamo

<sup>1</sup> *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Edições Avante, 2004 (4.ª edição), p. 40. (N. da T.)

«compressão do tempo e do espaço» — um mundo onde o capital se movimenta cada vez mais depressa e onde as distâncias de interacção são comprimidas.

Há uma maneira mais prosaica de olhar para isto. As leis coercivas da concorrência (que enfrentam muitas vezes oposição) impõem empresas e estados a procurar vantagens conferidas por um controlo superior do espaço e do tempo, bem como avanços tecnológicos. A superioridade em qualquer destes domínios traduz-se em benefícios económicos, políticos e militares evidentes. Então, instala-se a crença fetichista de que existe uma solução tecnológica ou espaço-temporal para qualquer problema com que o capital se depare. Há dificuldades na absorção do capital? Inventa-se uma nova tecnologia ou uma nova linha de produtos. Ou opta-se pela expansão geográfica e descobre-se um novo mercado algures, noutra espaço, pela dominação colonial ou neocolonial se necessário (foi o que o capital britânico fez na Índia a partir de 1850, aproximadamente). E se não existir nenhum mercado externo disponível? Exporta-se capital para criar um novo centro de produção no estrangeiro onde a produção acelerada (como na China contemporânea), em lugar do consumo individual (como nos Estados Unidos afundados no endividamento), cria a procura necessária à absorção dos excedentes de capital.

Estas duas crenças fetichistas nas soluções tecnológicas e espaço-temporais, quando colidem, alimentam-se uma à outra num frenesi de inovação tecnológica destinada a contornar todos os limites temporais e espaciais à circulação do capital. Ao longo da história do capitalismo, quantas inovações tecnológicas se destinavam a reduzir as fricções da distância ou a acelerar a circulação do capital? A lista é interminável. Onde estaríamos nós sem canais, vias-férreas, barcos a vapor, automóveis, auto-estradas, transportes aéreos, telégrafos, rádios, telefones, comunicações electrónicas, etc.? Presentemente, as transacções informatizadas em centros financeiros ligados por fluxos de informação quase instantâneos espalham por todo o mundo, em milissegundos, 600 biliões de dólares em produtos derivados. Até os porcos têm duas vezes mais ninhadas por ano do que tinham (não admira que apanhem gripe).



O segundo conjunto de princípios emerge do simples facto de que a circulação do capital não ocorre no vazio. A produção implica uma concentração geográfica de dinheiro, de meios de produção e de força de trabalho (existente em mercados de trabalho localizados). Estes juntam-se num sítio concreto onde se produzem novas mercadorias. Essas mercadorias são enviadas para mercados noutras lugares onde são vendidas e consumidas. A proximidade dos meios de produção (incluindo recursos naturais), da mão-de-obra e dos mercados de consumo reduz os custos e aumenta os lucros em locais favorecidos.

Porém, onde pode começar a acumulação de capital? A resposta é: em qualquer sítio e sempre que alguém com algum dinheiro decide usá-lo para fazer mais dinheiro explorando o trabalho assalariado. Mas que condições permitem que as pessoas comecem a juntar dinheiro e, mais importante ainda, que continuem a fazê-lo? É óbvio que tem de existir uma economia monetarizada (bem como trocas mercantis) e o dinheiro já deve ser uma forma significativa de poder social. Além disso, o trabalho assalariado já deve existir ou, pelo menos, estar à disposição, ou porque é possível expulsar pessoas das terras ou porque é possível atraí-las para o mercado de trabalho. Para que isto aconteça, é necessário ultrapassar as barreiras sociais e políticas à acumulação individual de capital. Quando declarou que ganhar dinheiro e enriquecer era bom, o dirigente chinês Deng Xiaoping permitiu que o génio capitalista saísse da garrafa em toda a China, com resultados surpreendentes. Mas uma simples declaração e um aligeiramento das restrições administrativas não garantem o êxito. Este só pode ser avaliado depois de as leis coercivas da concorrência determinarem que certa iniciativa foi bem sucedida num dado sítio e não noutra.

Este ponto é crucial. As leis da acumulação do capital funcionam depois do facto e não antes. Diz-se por vezes que Marx defendeu que tudo é economicamente determinado e economicamente racionalizado de antemão. Afirma-se que terá dito que não havia espaço para a iniciativa e a actuação individuais. Nada pode estar mais longe da verdade. É precisamente o génio do capitalismo

que depende dos instintos, da iniciativa e, por vezes, das ideias loucas (dos «espíritos animais» invocados tanto por Marx como por Keynes) de empreendedores individuais que actuam em lugares e momentos particulares. Um capitalismo inerentemente especulativo só se pode desenvolver e avançar em sítios onde se tolere ou promova um mínimo de liberdade individual. Tanto em termos das suas ideologias dominantes como das suas práticas necessárias, o capitalismo assenta na liberdade e possibilidade individuais de uma pessoa se empenhar em actividades especulativas de ganhar dinheiro. Marx compreendeu e ponderou isto muito bem.

Podemos concluir que o caos aparente da diferenciação geográfica é uma condição necessária para que se inicie a acumulação do capital. Afinal, foi em pequenas vilas e cidades com nomes como Manchester e Birmingham onde escasseava o controlo social e político, e não em grandes centros urbanos como Norwich e Bristol onde prevaleciam o controle político corporativo e a mão-de-obra organizada em corporações de ofícios, que a revolução industrial se iniciou na Grã-Bretanha. E foi em pequenos postos comerciais com nomes como Chicago, nos Estados Unidos, que continuou.

As chamadas leis da acumulação de capital funcionam depois do facto e não antes. Por exemplo, foi um conjunto muito particular de circunstâncias que levou um homem chamado William Morris a começar a construir automóveis (em vez de reparar bicicletas) num local improvável a leste de Oxford, na Inglaterra. O mesmo se passou com Henry Ford, em Detroit. Mas, em ambos os casos, as circunstâncias iniciais (acesso a matérias-primas, mão-de-obra assalariada, mercados) foram suficientemente adequadas ao êxito das iniciativas. O êxito inicial levou à construção de mais infra-estruturas de apoio locais (tanto sociais como físicas) que tornaram as localizações escolhidas ainda mais adequadas à produção de automóveis. É frequente as iniciativas bem sucedidas juntarem à sua volta infra-estruturas (incluindo outras empresas) que as tornam ainda mais lucrativas. Só recentemente, depois de quase um século, assistimos às racionalizações da concorrência e das crises que empurram a produção de automóveis nesses locais até agora bem sucedidos para uma eliminação iminente ou para uma fase de reestruturação radical.

As racionalizações e reestruturações geográficas «depois do facto» devem-se às leis coercivas da concorrência e às crises. É por isso que estes dois factores são tão fundamentais para a trajectória evolucionária do capitalismo. Mas isto também explica por que motivo o capitalismo floresce melhor num mundo geográfico com uma tal diversidade de atributos físicos e de condições sociais e culturais. Como nunca se pode saber de antemão se um empreendimento que visa o lucro pode ser mais bem sucedido aqui ou ali, testar as possibilidades em toda a parte e descobrir o que resulta, e onde, torna-se fundamental para a reprodução do capitalismo. Os fracassos, de que raramente ouvimos falar numa geografia histórica e económica triunfalista, são muito mais numerosos do que os êxitos. Será que alguém sabia que os empreendimentos ligados às tecnologias da informação iriam ter tanto êxito em Bangalore, na Índia? Porque fracassou tão espectacularmente a tentativa de Henry Ford de estabelecer uma nova comunidade na Amazónia para a plantação de borracha, no período entre guerras? A diversidade geográfica é uma condição necessária para a reprodução do capital, e não uma barreira. Se a diversidade geográfica não existe, tem de ser inventada.

A necessidade de continuidade dos fluxos geográficos de dinheiro, bens e pessoas exige que toda esta diversidade se entretença por intermédio de sistemas eficazes de transporte e de comunicações. A consequente geografia da produção e do consumo é profundamente sensível ao tempo e aos custos da mobilidade no espaço. As inovações tecnológicas e organizacionais e os custos decrescentes da energia têm reduzido muito estes tempos e custos. Presentemente, as fricções da distância restringem cada vez menos a mobilidade geográfica do capitalismo, o que não quer dizer, no entanto, que as diferenças geográficas tenham deixado de ser importantes. Passa-se precisamente o oposto: o capital dotado de uma enorme mobilidade presta imensa atenção a diferenças locais, ainda que muito ligeiras, nos custos, porque isso lhe rende lucros superiores.

★ ★ ★

O facto de os capitalistas serem atraídos e sobreviverem melhor em locais que lhes maximizam os lucros leva amiúde à concentração de muitas actividades em determinados locais. A fábrica de algodão beneficia da proximidade da oficina de reparação das máquinas-ferramentas, do produtor de tintas e do fabricante de camisas. As «economias externas» (os benefícios económicos de que um capitalista usufrui pelo facto de estar perto de outro) produzem aglomerações geográficas de actividades capitalistas. Alfred Marshall, o famoso economista do século XIX, chamava a esses aglomerados de empresas «distritos de produção industrial». Trata-se de uma característica familiar no mundo geográfico construído pelo capitalismo. Serviços jurídicos, financeiros, infra-estruturais, de transportes e de comunicações, bem como o acesso a uma reserva comum de mão-de-obra e a uma administração civil de apoio, também podem proporcionar menores custos aos capitalistas num determinado local, pelo menos até o congestionamento os elevar ao ponto de superarem os benefícios. Nos primeiros estádios do capitalismo, o aparecimento da cidade industrial foi um exemplo perfeito da actuação dessas economias de aglomeração. Mais recentemente, tem-se falado muito na ascensão de «distritos de produção industrial» à Marshall, como Silicon Valley ou a «Terceira Itália» em torno de Bolonha, onde muitas pequenas empresas se juntaram para partilharem economias de produção e de *marketing*. No mundo financeiro actual, dispor de apoio jurídico, contabilístico, fiscal, de informação e de média, bem como de outras funções financeiras básicas, constitui o perfil típico dos grandes centros financeiros como a City londrina ou a Wall Street.

Nos primórdios, as empresas capitalistas também recorriam a uma vasta rede de conexões de mercado espacialmente heteróclitas. Mercadorias como a lã, o algodão, as tintas exóticas, a madeira e o couro provinham frequentes vezes de muito longe e, enquanto a maior parte dos bens necessários à vida quotidiana dos trabalhadores vinham de perto, o sal, as especiarias, o açúcar, o chá, o café, o cacau, o vinho, as resinas, o bacalhau seco, bem como o trigo, o arroz, o centeio e a cevada eram trazidos de muito longe por mercadores. Em alguns casos, formalizavam-se redes comerciais, como aconteceu com a Liga Hanseática. Desde o século XIII que as casas

de comércio e os mercadores de muitas cidades formavam uma rede de apoio mútuo que se estendia desde o Báltico até à Península Ibérica. A par desta rede, desenvolveram-se redes financeiras internacionais, os banqueiros de Augsburg e Nuremberga do séc. XVI ou, mais tarde, no séc. XIX, instituições de crédito como os Rothschild, com diferentes ramos em Viena, Paris, Londres, Madrid e Berlim. Hoje, o Goldman Sachs e o HSBC («o banco local do mundo») têm escritórios em todo o mundo. Noutros casos, desenvolveram-se redes comerciais, como na China antiga, no seio de uma estrutura de mercados periódicos cuidadosamente vigiados por cobradores de impostos e por outros agentes do poder imperial. As mercadorias sempre percorreram enormes distâncias (embora lentamente) como, por exemplo, a lendária «Rota da Seda», desde a China até ao Ocidente. As diásporas nacionais de negócios continuam a fazer o mesmo (visite qualquer Chinatown em qualquer cidade do mundo e percebe o que quero dizer).

Os tentáculos das redes comerciais entreteceram-se e espalharam-se, para dentro e para fora, infiltrando-se em toda a parte. A lã de regiões remotas do Tibete abre caminho em direcção aos mercados indianos do mesmo modo que as ervas e partes de animais com fins medicinais, vindas da Mongólia e da China Ocidental, se juntam em Hong Kong antes de se dispersarem pelos mercados do Sudeste da Ásia. Cambistas de esquina no Norte de África ou em Kerala tornam-se canais para fluxos de remessas provenientes dos Estados do Golfo. O estabelecimento destas redes, o conhecimento das rotas, passagens e caminhos, o seu mapeamento compulsivo e o conhecimento dos tipos de mercadorias que podem ser transaccionadas por que outro produto e onde tornaram-se um dos imensos contributos do capital mercantil e comercial. Sem ele, é possível que não tivesse surgido o capitalismo tal como o conhecemos. E, até hoje, é isto que os mercadores e os comerciantes fazem com uma sofisticação cada vez maior. Descubrem e revelam caminhos para mercados capazes de absorver os excedentes de capital, caminhos esses que, sem eles, teriam permanecido escondidos.

A concorrência força os capitalistas individuais e as empresas a procurar melhores locais para instalarem a produção bem como

tecnologias superiores. À medida que vão surgindo novas localizações com custos inferiores, os capitalistas, sob a ameaça da concorrência, reagem deslocando-se, se puderem. Os produtores mudam-se do Ohio para o delta do rio das Pérolas, da Califórnia para as *maquiladoras* de Tijuana, ou de Lancashire para a Turquia, por exemplo.

Porém, a concorrência em torno de melhores localizações é uma forma peculiar de concorrência. Embora possam adoptar tecnologias idênticas, as empresas não podem ocupar locais idênticos. A concorrência espacial entre empresas, como Adam Smith referiu há muitos anos, é uma forma monopolista de concorrência. Seria ridículo vinte linhas-férreas concorrenciais entre Londres e Glasgow. Em termos económicos, não faria sentido a existência de doze supermercados na mesma rua. Uma linha-férrea entre Londres e Glasgow e supermercados espalhados numa metrópole fazem sentido. Por outro lado, a concentração de todos os negociantes de diamantes e de antiguidades num único bairro (ou na mesma rua, como acontece em Nova Iorque) faz sentido devido às economias de aglomeração que se apoiam mutuamente: na perspectiva do cliente que procura um relógio antigo de ouro, é bom dispor de muitas lojas para espiolhar.

Na concorrência espacial, o elemento monopolista tem consequências de grande alcance numa economia de mercado. Quando os custos dos transportes são elevados, por exemplo, muitos produtores em mercados locais estão protegidos da concorrência vinda de fora. Com efeito, tornam-se monopolistas locais. Quando os custos dos transportes baixam, esse poder monopolista localizado enfraquece. A cerveja, que costumava ser produzida e vendida apenas em mercados locais, tornou-se um artigo de peso no comércio internacional depois da espectacular queda dos custos dos transportes a partir de meados da década de 1960. Neste momento, até a água engarrafada viaja das ilhas Fiji e de Evian, em França, para Nova Iorque! Teria parecido ridículo há cinquenta anos (e, em muitos aspectos, ainda é ridículo, quando se pensa nisso. A água canalizada nova-iorquina é igualmente boa).

No entanto, há outras maneiras de proteger o poder do monopólio espacial, reivindicando que não existe lugar melhor para

a produção de um determinado produto. O vinho desta região ou, na verdade, só deste pedaço de terra — *terroir*, como lhe chamam os Franceses — é supostamente especial devido às circunstâncias únicas em que as uvas se desenvolveram. O mesmo se diz da água de Evian ou das Fiji, embora nenhum analista químico ou teste de paladar possam realmente detectar algo especial. O monopólio concedido pelo carácter único da localização é tão poderoso como qualquer outro tipo de *branding* no mercado, e os produtores esforçam-se ao máximo por o proteger. (Tente produzir queijo Roquefort no Wisconsin e veja o que lhe acontece; a União Europeia afirma que não se pode usar a palavra champanhe para designar qualquer outro vinho a não ser o que é produzido numa determinada região de França.) O comércio de cerveja pode ser internacional, mas as cervejas produzidas localmente em quantidades limitadas são especiais em toda a parte. A concorrência em torno do poder monopolista decorrente de localizações de primeira ordem sempre foi, e continua a ser, um importante aspecto da dinâmica do capitalismo.

A paisagem geográfica é igualmente moldada por uma tensão perpétua entre as economias de centralização, por um lado, e os lucros potencialmente elevados decorrentes da descentralização e da dispersão, por outro. O modo como essa tensão se exerce depende das barreiras ao movimento espacial, da intensidade das economias de aglomeração e das divisões do trabalho. As empresas financeiras podem ter a sua sede na Wall Street, os seus departamentos em Nova Jérсия ou no Connecticut e algumas actividades de rotina em Bangalore. Com a diminuição dos custos de transportes e comunicações, localizações anteriormente óptimas tornam-se inferiores. Fábricas, siderurgias, panificações e cervejarias, anteriormente muito activas e lucrativas, encerram. O capital fixo incorporado nelas desvaloriza-se, e as crises localizadas perturbam a vida de todos os habitantes desses locais em situação desesperada. Na década de 1980, num espaço de quatro anos, Sheffield perdeu cerca de 60 000 postos de trabalho na indústria siderúrgica. Na Pensilvânia, a enorme siderurgia de Bethlehem está transformada numa concha vazia e silenciosa na cidade que já dominou, além do pormenor de ter sido convertida num casino

reles. Entretanto, vão abrindo noutros locais fábricas, panificações e cervejarias. O padrão geográfico global da produção, emprego e consumo está em perpétuo movimento.

As crises geograficamente localizadas têm sido endémicas ao longo da história do capitalismo. O filão esgota-se, a mina encerra e o que fica para trás é uma cidade fantasma. Uma fábrica local estoirra por alguma razão e o desemprego afecta quase toda a gente. Poderão essas crises localizadas espalhar-se descontroladamente e criar crises geográficas e económicas globais? Sim, podem. Foi exactamente o que aconteceu quando uma série de crises decorrentes de execuções hipotecárias muito localizadas, que ocorreram em 2006 sobretudo na Florida e no Sudoeste dos Estados Unidos, se globalizaram em 2007-09. Para as pessoas que continuam a viver em sítios desvalorizados, os custos sociais são muitas vezes incalculáveis e a miséria extrema.

★ ★ ★

Vejamos, então, um exemplo mais extenso de como tudo isto funciona. A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um importante negócio no sistema capitalista. É uma das principais maneiras de absorver excedentes. Uma proporção significativa da mão-de-obra total global trabalha na construção e manutenção do ambiente construído. No processo de desenvolvimento urbano, mobilizam-se grandes montantes de capitais associados, geralmente sob a forma de empréstimo a longo prazo. Estes investimentos baseados no endividamento tornam-se muitas vezes o epicentro para a formação de uma crise. As conexões entre a urbanização, a acumulação de capital e a formação de crises merecem uma análise cuidadosa.

Desde os primórdios que as cidades dependeram da disponibilidade de excedentes alimentares e de mão-de-obra. Esses excedentes eram mobilizados e extraídos de algum sítio e de alguém (habitualmente uma população rural explorada ou servos e escravos). O controlo sobre a utilização e distribuição dos excedentes costumava estar nas mãos de meia dúzia de pessoas (como uma oligarquia religiosa ou um líder militar carismático). Por conseguinte,

a urbanização e a formação de classes sempre andaram a par. Essa relação geral persiste no capitalismo, mas a dinâmica é bastante diferente. O capitalismo é uma forma de sociedade classista dedicada à produção perpétua de excedentes. Isto significa que está sempre a produzir as condições necessárias à ocorrência da urbanização. Quando a absorção dos excedentes de capital e o crescimento demográfico constituem um problema, a urbanização proporciona uma maneira crucial de os absorver a ambos. Por conseguinte, surge uma conexão íntima entre produção de excedentes, crescimento demográfico e urbanização.

A história concreta desta conexão no sistema capitalista é interessante. Vejamos, primeiro, o que aconteceu em Paris durante o chamado Segundo Império, entre 1852 e 1870. A crise económica que afectou toda a Europa em 1848 foi uma das primeiras crises óbvias de não utilização dos excedentes tanto do capital como da força de trabalho, que existiam lado a lado sem que se vislumbresse uma maneira de os juntar novamente. Fez-se sentir de uma forma particularmente dura em Paris, tendo como resultado uma revolução abortada por parte dos trabalhadores desempregados e dos burgueses utópicos que viam numa república social o antídoto para a ganância capitalista e a desigualdade que prevalecera nas décadas de 1830 e 1840. A burguesia republicana esmagou violentamente a revolução mas não conseguiu resolver a crise. O resultado foi a ascensão ao poder de Louis-Napoléon Bonaparte, que congeminou um golpe em 1851 e se proclamou imperador (Napoleão III) em 1852. Para sobreviver politicamente, o autoritário imperador recorreu à repressão generalizada dos movimentos políticos alternativos, mas também sabia que tinha de descobrir maneiras de absorver lucrativamente os excedentes de capital. Anunciou um vasto programa de investimento infra-estrutural tanto dentro do país como fora. Fora significava a construção de linhas de caminho-de-ferro por toda a Europa e até ao Oriente, bem como apoio a obras grandiosas como o Canal do Suez. No país significava consolidar a rede ferroviária, construir portos, secar pântanos, etc. Mas implicava acima de tudo a reconfiguração da infra-estrutura urbana de Paris. Bonaparte levou o barão Haussmann para Paris e responsabilizou-o pela obras públicas em 1853.

Haussmann percebeu bem que a sua missão era ajudar a resolver o problema dos excedentes de capital e de mão-de-obra por intermédio da urbanização. A reconstrução de Paris absorveu enormes quantidades de mão-de-obra e de capital pelos padrões da época e, associada à supressão autoritária das aspirações dos trabalhadores parisienses, foi um veículo fundamental de estabilização social. Haussmann recorreu aos planos utópicos para a reconstrução da capital lançados pelos partidários de Fourier e de Saint-Simon e debatidos na década de 1840, mas com uma grande diferença: a alteração da escala. Concebeu a cidade a uma maior escala, anexou os subúrbios, redesenhou bairros inteiros (como Les Halles, o mercado tão brilhantemente descrito por Zola no seu romance de 1873 *O Ventre de Paris*), em vez de meros fragmentos de tecido urbano. Mudou a cidade integralmente e não parcialmente, e pôde fazê-lo devido, pelo menos em parte, a novas tecnologias de construção (ferro e vidro, iluminação a gás, etc.) e a novas formas de organização (os ómnibus e os grandes armazéns de venda a retalho). Mas também precisou de novas instituições financeiras e de títulos de dívida (o *Crédit Mobilier* e o *Crédit Immobilier*). Na verdade, ajudou a resolver o problema do que fazer com os excedentes de capital criando um sistema, à Keynes, de melhoramentos infra-estruturais urbanos baseados no financiamento através de empréstimos.

Tudo isto envolveu a coevolução de uma nova maneira de viver urbana e de um novo tipo de cidadãos. Paris tornou-se a «cidade da Luz», o grande centro de consumo, de turismo e de prazer. Os cafés, os armazéns (tão brilhantemente descritos noutra obra de Zola, *O Paraíso das Damas*, de 1883), a indústria da moda, as grandes exposições, a ópera e o espectáculo da vida da corte desempenhavam o seu papel na criação de novas oportunidades de lucro por intermédio do consumismo. Mas foi então que o sistema financeiro excessivamente abrangente e cada vez mais especulativo e as estruturas de crédito em que tudo isto se baseava ruíram na crise financeira de 1868. Haussmann foi forçado a demitir-se, Napoleão III, desesperado, declarou guerra à Alemanha de Bismarck e perdeu, e, no vazio que se seguiu, houve a Comuna de Paris, um dos maiores episódios revolucionários na história urbana capitalista.



Avancemos agora de um salto para o ano de 1942 nos Estados Unidos, onde o problema do que fazer com os excedentes de capital, que tinha parecido insuperável na década de 1930 (tal como o do desemprego que o acompanhava), estava temporariamente resolvido com a enorme mobilização para o esforço de guerra. Mas o que aconteceria depois da guerra? Politicamente, a situação era perigosa. Com efeito, o governo federal estava a gerir uma economia nacionalizada (e a fazê-lo muito eficazmente). Os Estados Unidos tinham-se aliado à União Soviética comunista na guerra contra o fascismo. Durante a década de 1930, tinham surgido poderosos movimentos sociais com inclinações socialistas, e os simpatizantes da esquerda haviam-se integrado no esforço de guerra (o filósofo marxista Herbert Marcuse trabalhou na organização que veio a transformar-se na CIA). Eram vulgares as contestações da legitimidade e eficácia do capitalismo empresarial. Por conseguinte, para preservar o poder, a classe dirigente da altura desencadeou uma vigorosa campanha de repressão política contra a esquerda. O macartismo, a caça às bruxas contra «os vermelhos debaixo da cama», cujos sinais já se evidenciavam em 1942 nas audiências perante o Comité de Actividades Anti-Americanas no Congresso dos Estados Unidos, proporcionou uma maneira de lidar com todas as formas de oposição anticapitalista a partir de 1950, aproximadamente. E quanto ao problema do que fazer com os excedentes de capital?

A resposta foi personificada por Robert Moses que, depois da Segunda Guerra Mundial, fez na região metropolitana de Nova Iorque o que Haussmann fizera em Paris: Transformou as concepções de urbanização, ampliando-lhes a escala: tratava-se de pensar na região metropolitana e não apenas na cidade. Através de um sistema de auto-estradas e de transformações infra-estruturais financiado por empréstimos, de uma suburbanização e total reconfiguração (com recurso a novas tecnologias de construção testadas durante a guerra) não apenas da cidade mas de toda a região metropolitana, definiu uma maneira de absorver de forma lucrativa os excedentes de capital e de mão-de-obra. Este processo de suburbanização, adoptado a nível nacional através da expansão geográfica do desenvolvimento capitalista em direcção ao Sul e ao Oeste

do país, desempenhou um papel crucial na estabilização não apenas da economia americana mas também do capitalismo global, centrado nos Estados Unidos, no pós-guerra. Para onde teriam ido os excedentes de capital se não tivessem sido canalizados para a criação da região metropolitana de Nova Iorque, de Chicago, de Los Angeles e de outras cidades do mesmo género depois de 1945?

Contudo, para que tudo isto acontecesse era preciso uma revolução nas estruturas financeiras e administrativas, uma viragem para o financiamento através de empréstimos apoiado por uma capacidade crescente dos trabalhadores de pagarem um estilo de vida suburbano. O acordo entre o capital e a força de trabalho após a Segunda Guerra Mundial, segundo o qual um segmento privilegiado da mão-de-obra partilhava os ganhos de produtividade, ajudou a lidar com o problema da procura solvível. As revoluções nas instituições financeiras iniciadas na década de 1930 (sobretudo as concebidas com a intenção de facilitar os empréstimos hipotecários para compra de habitação), acompanhadas por reduções de impostos pela posse de casa própria, por uma legislação generosa que a apoiava e pelo ensino universitário para os militares que regressavam da guerra (GI Bill), prepararam o terreno para a suburbanização dos Estados Unidos.

Esse processo não requeria apenas infra-estruturas novas. À semelhança da Paris do Segundo Império, exigia uma transformação radical dos estilos de vida, uma nova maneira de viver baseada nas auto-estradas e nos automóveis. Dependia da produção e *marketing* de novos produtos, desde as moradias suburbanas em lotes e dos centros comerciais até aos frigoríficos, aparelhos de ar condicionado, televisores e telefones. Significava dois automóveis na entrada da casa e um surto de crescimento nas indústrias da borracha, do petróleo e da metalurgia. Até a procura de cortadores de relva cresceu! Afinal, esses relvados suburbanos tinham de ser mantidos. Por conseguinte, a suburbanização (e a militarização) desempenhou um papel crucial na absorção dos excedentes tanto do capital como da mão-de-obra nos Estados Unidos do pós-guerra. A difusão de gostos e tecnologias semelhantes (em particular, da cultura do automóvel) ajudou a disseminar globalmente esses processos.

Contudo, teve custos. Foi pródiga tanto no uso da terra como no uso da energia. Assentou numa enorme mudança na relação com a natureza que, nos Estados Unidos, acabou por desembocar numa dependência do petróleo estrangeiro e num perpétuo envolvimento nas políticas petrolíferas do Médio Oriente. A suburbanização demasiado rápida também provocou um esvaziamento dos centros urbanos, que se viram desprovidos de uma base económica sustentável. A solução suburbana para a Grande Depressão produziu a chamada «crise urbana» da década de 1960, definida por revoltas das minorias afectadas (sobretudo negras) nos centros das cidades, às quais fora negado o acesso tanto aos subúrbios como à nova prosperidade.

No entanto, nem tudo corria bem nos subúrbios. O novo estilo de vida tinha consequências sociais e políticas de todos os tipos. O individualismo, a defesa dos valores da propriedade, o carácter monótono se não mesmo desumano da vida quotidiana, começaram a ser criticados. Os tradicionalistas juntavam-se em torno da urbanista Jane Jacobs, que tinha ideias muito diferentes sobre o que era uma forma mais gratificante de vida quotidiana numa cidade. Procuravam compensar a suburbanização crescente e o modernismo brutal dos projectos em larga escala de Moses com um diferente tipo de estética urbana, centrada no desenvolvimento local dos bairros, na preservação histórica e, em última análise, na reivindicação e «gentrificação» de zonas mais antigas. Para as feministas, os subúrbios e o seu estilo de vida eram o motivo do seu descontentamento básico. A semelhança do que aconteceu com Haussmann, a crise que se foi desenvolvendo fez com que o estilo de urbanização de Moses (e ele próprio) perdesse as boas graças cerca de finais da década de 1960. E, tal como a «haussmanização» de Paris desempenhou um papel na dinâmica da Comuna, também as características desumanas da vida suburbana desempenharam um papel nas espectaculares movimentações de protesto ocorridas nos Estados Unidos em 1968.

Alguns estudantes suburbanos brancos da classe média revoltaram-se. Em Santa Barbara, na Califórnia, queimaram um *Chevy* na areia e pegaram fogo a um edifício do Bank of America, para mostrar o seu descontentamento. Estabeleceram alianças com

outros grupos marginalizados, manifestaram-se contra o imperialismo norte-americano (a guerra do Vietname) e contra um consumismo suburbano ambientalmente insustentável (o primeiro Dia da Terra foi celebrado em 1970). Desencadearam um movimento poderoso, ainda que rudimentar, que visava a criação de um outro tipo de mundo, incluindo um tipo diferente de vivência urbana e uma relação diferente com a natureza.

Para culminar, uma crise financeira, centrada nos Estados Unidos mas de âmbito global, começou a despontar no nexo entre o Estado e as finanças, que estimulava a suburbanização e servira de esteio ao desenvolvimento internacional durante o período dos pós-guerra. Essa crise progrediu rapidamente a partir de finais da década de 1960. A solução estava a tornar-se um problema. O Acordo de Bretton Woods de 1944 enfrentava dificuldades. O dólar americano sofria uma pressão internacional cada vez maior devido a um endividamento excessivo. Foi então que todo o sistema capitalista entrou em profunda recessão, encabeçada pelo rebentamento da bolha imobiliária global em 1973. Os dias negros da década de 1970 abateram-se sobre as pessoas com todas as consequências que foram expostas.

Com toda a justiça, o alvo da tempestade foi a crise fiscal de Nova Iorque em 1975. Com um dos maiores orçamentos municipais do mundo capitalista da época, a cidade de Nova Iorque, cercada pelos seus subúrbios abastados, faliu. A solução local, orquestrada por uma aliança difícil entre os poderes de Estado e as instituições financeiras, foi pioneira da viragem ideológica neoliberal e das práticas políticas que se iriam desenvolver no mundo, no combate pela perpetuação e consolidação do poder da classe capitalista. A receita congeminada era suficientemente simples: esmagar o poder da força de trabalho, desencadear a repressão salarial e deixar o mercado actuar à vontade, enquanto o poder do Estado era posto ao serviço do capital em geral e das finanças em particular. É nesta solução da década de 1970 que radica a crise de 2008-09.

A partir da década de 1970, a urbanização sofreu mais outra transformação em termos de escala. Globalizou-se. A urbanização da China nos últimos vinte anos tem sido extremamente importante. O seu andamento acelerou após uma breve recessão em 1997, aproximadamente, ao ponto de a China ter estado a absorver, desde 2000, quase metade das reservas mundiais em cimento. Nos últimos vinte anos, mais de uma centena de cidades ultrapassaram o milhão de habitantes, e vilas pequenas, como Shenzhen, tornaram-se enormes metrópoles com uma população entre seis a dez milhões de habitantes. A industrialização, inicialmente concentrada nas zonas económicas especiais, difundiu-se rapidamente a qualquer município desejoso de absorver os excedentes de capital vindos de fora e de reinvestir os ganhos numa rápida expansão. Enormes projectos infra-estruturais, como barragens e auto-estradas (mais uma vez financiados através de empréstimos), estão a transformar a paisagem. Centros comerciais, parques de ciência, aeroportos, portos de contentores, palácios de diversões de todos os tipos, todos igualmente enormes, e instituições culturais de fresca data, ao lado de residências protegidas e de campos de golfe, salpicam a paisagem chinesa, no meio de dormitórios urbanos a abarrotar das enormes reservas de mão-de-obra que estão a ser mobilizadas nas regiões rurais pobres.

As repercussões deste processo de urbanização na economia global e na absorção dos excedentes de capital têm sido imensas: o Chile desabrocha devido à procura de cobre, a Austrália floresce e até o Brasil e a Argentina recuperaram em parte devido ao reforço da procura de matérias-primas por parte da China. O comércio bilateral entre a China e a América Latina decuplicou entre 2000 e 2009. Estará a urbanização da China a actuar como principal estabilizador do capitalismo global? A resposta terá de ser um sim parcial. Mas também pode acontecer que o desenvolvimento imobiliário esteja a ser crucial para a formação de classes na China. É aí que se têm feito enormes fortunas pessoais a curto prazo. Uma empresa fundada em meados de 1990 para produzir em massa unidades habitacionais nos campos do delta do rio das Pérolas passou a ser cotada na bolsa de Hong Kong em 2007 (com a ajuda do J. P. Morgan) e teve um resultado líquido de 27 mil milhões de

dólares. A filha do indivíduo que lançou a empresa detém 60% das acções, que valem portanto cerca de 16 mil milhões de dólares, o que a põe ao lado de Warren Buffet e de Bill Gates na lista dos indivíduos mais ricos do mundo.

No entanto, a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que se globalizou agora, com a ajuda da integração dos mercados financeiros do mundo. Os projectos de urbanização financiados por empréstimos existem em toda a parte, do Dubai a São Paulo e de Madrid a Bombaim, Hong Kong e Londres. O banco central chinês está activo no mercado hipotecário secundário dos Estados Unidos (tem muitos interesses na Fannie Mae e na Freddie Mac, o que explica por que motivo os Estados Unidos, quando tiveram de nacionalizar estas instituições, protegeram os accionistas por causa das *holdings* chinesas). O Goldman Sachs tem estado muito implicado no mercado imobiliário que se desenvolve em Bombaim, e o capital de Hong Kong tem investido em Baltimore. Todas as zonas urbanas do mundo assistem a um surto no sector da construção, no meio de uma vaga de migrantes que cria, em simultâneo, uma enorme quantidade de bairros de lata.

Os surtos de construção têm sido evidentes na Cidade do México, em Santiago do Chile, em Bombaim, Joanesburgo, Seul, Taipei, Moscovo e por toda a Europa (sobretudo em Espanha e na Irlanda), bem como em cidades dos principais países capitalistas, como Londres, Los Angeles, San Diego e Nova Iorque (onde é maior do que nunca o número de projectos urbanos em grande escala que tomam forma sob a administração do *mayor* multimilionário, Michael Bloomberg). A fim de absorver os excedentes de capital provenientes da riqueza petrolífera, têm surgido no Médio Oriente, em sítios como Dubai e Abu Dhabi, projectos de urbanização espantosos, espectaculares e, em alguns casos, absurdos, assumindo as formas mais extravagantes (como uma pista interior de esqui em meio desértico). Contudo, muitos desses projectos, incluindo os dos Estados do Golfo, enfrentam agora sérias dificuldades. A Dubai World, uma empresa de projectos apoiada pelo governo, que tem pedido emprestado enormes montantes de excedentes de capital a bancos britânicos e europeus para estas construções espectaculares, declarou subitamente em finais de 2009

que não podia pagá-los, desencadeando abalos de todos os tipos nos mercados globais.

Esta transformação em escala torna difícil perceber que o que está a acontecer globalmente se assemelha, em princípio, aos processos que Haussmann geriu com tanto saber, durante algum tempo, na Paris do Segundo Império. Esta nova vaga de urbanização dependeu, como todas as outras que a antecederam, de inovações financeiras destinadas a organizar o crédito necessário à sua concretização. A titularização e agrupamento de hipotecas locais para vender a investidores de todo o mundo e a criação de novas instituições financeiras a fim de facilitar um mercado hipotecário secundário têm desempenhado um papel crucial. Os benefícios são inumeráveis: disseminaram o risco e permitiram às reservas de excedentes um acesso mais fácil a uma maior procura de habitação. Causaram a descida das taxas de juro acumuladas, ao mesmo tempo que geraram imensas fortunas para os intermediários financeiros que concretizavam estes prodígios. Mas a disseminação do risco não o elimina. Além disso, a possibilidade de disseminar tão amplamente o risco estimula comportamentos locais ainda mais arriscados pois é possível transferi-lo para qualquer sítio. O que aconteceu aos irmãos Péreire em 1867-68 em Paris e o que aconteceu à cidade de Nova Iorque em meados da década de 1970 (já para não falar de muitos outros exemplos ao longo da geografia histórica do capitalismo) voltou a acontecer novamente na crise das hipotecas de alto risco e dos valores imobiliários.

Tal como em todas as fases anteriores, o refazer de geografias urbanas implicou transformações no estilo de vida. Nos Estados Unidos, essas transformações foram parcialmente ditadas pela necessidade de amenizar a insatisfação urbana da década de 1960. A qualidade da vida urbana tornara-se uma mercadoria para as pessoas com dinheiro, tal como a própria cidade num mundo onde o consumismo, o turismo, o *marketing* de nichos, as indústrias culturais e baseadas no conhecimento, bem como o recurso constante à economia do espectáculo, se tornaram aspectos fundamentais da economia política urbana. Numa economia cada vez mais dependente do consumismo e do sentimento do consumidor (que repre-

sentam nos Estados Unidos 70% da economia em comparação com os 20% do século XIX), a organização do consumo por intermédio da urbanização tornou-se absolutamente central para a dinâmica do capitalismo.

A tendência pós-moderna para a formação de nichos de mercado — em opções de estilo de vida urbano, hábitos dos consumidores e normas culturais — invade a vivência urbana contemporânea com uma aura de liberdade, desde que se tenha dinheiro. Os centros comerciais, os complexos equipados com várias salas e as grandes superfícies proliferam (tendo a construção de qualquer deles sido um enorme negócio), tal como os *fast food* e os mercados de artesanato, as *boutiques*, os cafés, etc. E não é só nos países capitalistas avançados que se pode encontrar este estilo de urbanização — também existe em Buenos Aires, em São Paulo e em Bombaim, bem como em quase todas as cidades asiáticas em que possamos pensar. Até o desenvolvimento suburbano incoerente, monótono e uniforme que continua a dominar em muitas partes do mundo tem como antídoto um movimento de «novo urbanismo» que gaba a comunidade (supostamente íntima e segura e muitas vezes protegida por muros e portões) e um novo estilo de vida (*boutique lifestyle*) supostamente «sustentável» como um produto dos promotores imobiliários para concretizar os sonhos urbanos.

As repercussões na subjectividade política têm sido enormes. Trata-se de um mundo em que a ética neoliberal do individualismo possessivo intenso e do oportunismo financeiro se tornou o padrão para a socialização humana. Trata-se de um mundo cada vez mais caracterizado por uma cultura hedonista do consumismo. Destruiu o mito (embora não a ideologia) de que a família nuclear é a base sociológica sólida do capitalismo e adoptou, ainda que tardiamente e de forma incompleta, o multiculturalismo, os direitos das mulheres e a igualdade das preferências sexuais. Aumentou o isolamento individualista, a ansiedade, o peso do curto prazo e a neurose, numa das maiores concretizações materiais urbanas da história da humanidade.

O lado mais sombrio da absorção de excedentes pela transformação urbana implica, contudo, repetidos surtos de reestruturação através de «destruição criativa», o que enfatiza o significado

das crises como momentos dessa reestruturação. Este processo possui uma dimensão de classe pois são habitualmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que mais sofrem com ele.

Para criar uma nova geografia urbana a partir dos destroços da velha, é muitas vezes necessário recorrer à violência. Haussmann destruiu os velhos bairros pobres parisienses, recorrendo à expropriação para benefícios supostamente públicos, em nome dos melhoramentos cívicos, da restauração ambiental e da renovação urbana. Concebeu deliberadamente a remoção de grande parte da classe trabalhadora e de outros elementos indisciplinados, bem como de indústrias insalubres, do centro de Paris, onde constituíam uma ameaça à ordem e à saúde pública e, evidentemente, ao poder político. Criou uma forma urbana na qual se pensava ser possível (incorrectamente, como se viu na Comuna de Paris de 1871) estabelecer níveis de vigilância e de controlo capazes de assegurar o fácil domínio pelo poder militar das classes agitadas.

Na realidade, como disse Friedrich Engels no seu opúsculo de 1872 *A Questão do Alojamento*:

[...] a burguesia só tem um método para resolver o problema da habitação à *sua* maneira — isto é: resolvê-lo de tal maneira que a solução crie sempre um novo problema. Este método tem um nome, o de «Haussmann» [...] Por «Haussmann» entendo a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados nas grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro, ou a exigências de circulação — como instalações ferroviárias, ruas, etc. [que, por vezes, parecem ter como objectivo dificultar o levantamento de barricadas]. Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desapareceram e a burguesia glorifica-se altamente com estes grandes sucessos — mas ruelas e becos reaparecem imediatamente e frequentemente muito próximos. Os focos de epidemias, as caves mais imundas, nas quais noite após noite o modo de produção capitalista encerra os nossos trabalhadores, não são elimi-

nados, mas sim... *transferidos*. [...] A mesma necessidade económica fá-los nascer aqui como ali.<sup>1</sup>

Os processos descritos por Engels reaparecem vezes sem conta na história urbana capitalista. Robert Moses «levou o cutelo para o Bronx» (nas suas infames palavras), e muitos e vigorosos foram os lamentos dos grupos e movimentos da zona, que acabaram por se agregar em torno da retórica da reformista urbana Jane Jacobs, perante a inimaginável destruição do valioso tecido urbano mas também perante a perda de comunidades inteiras de residentes e das suas redes de integração social estabelecidas havia muito. Quando o poder brutal das expropriações pelo Estado e a destruição de bairros mais antigos para dar lugar à construção de auto-estradas e à renovação urbana enfrentaram uma resistência bem sucedida e foram contidos pelas agitações políticas e de rua de 1968 (com Paris novamente como epicentro, mas com violentos confrontos em toda a parte, desde Chicago à Cidade do México e a Banguécoque), iniciou-se um processo muito mais insidioso e canceroso de transformação, por meio da imposição de disciplina fiscal a municípios urbanos democráticos, da eliminação do controlo nos mercados imobiliários, da especulação imobiliária e da afectação da terra a utilizações que geravam as mais elevadas taxas de rentabilidade financeira.

Engels compreendia muito bem este processo.

[...] A extensão das grandes cidades modernas dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, que cresce por vezes em enormes proporções; as construções que aí estão edificadas, em lugar de aumentarem este valor, pelo contrário o diminuem, pois já não correspondem às novas condições e são demolidas para serem substituídas por novos edifícios. E isto verifica-se sobretudo para os alojamentos operários situados no centro, e cujo aluguer, mesmo nas casas superlotadas, não podem nunca ultrapassar um certo máximo, ou pelo menos só o podem de uma maneira

<sup>1</sup> *A Questão do Alojamento*, trad. de Ribeiro da Costa, Porto: R. da Costa, 1971 (Cadernos para o diálogo, 3), p. 134-135 e 140. (N. da T.)

extremamente lenta. Por isso são demolidos, e em seu lugar são construídas lojas, grandes armazéns e edifícios públicos.<sup>1</sup>

É deprimente pensar que tudo isto foi escrito em 1872. A descrição de Engels aplica-se directamente aos processos urbanos contemporâneos que ocorrem em grande parte da Ásia (Deli, Seul, Bombaim), bem como à «gentrificação» contemporânea dos bairros nova-iorquinos de Harlem e Brooklyn, por exemplo. A criação de novas geografias urbanas implica inevitavelmente deslocação e expropriação. É esta a feia imagem no espelho da absorção do capital através do desenvolvimento urbano.

Vejamos o caso de Bombaim, onde seis milhões de pessoas são consideradas oficialmente como vivendo em bairros de lata, construídos, na sua maior parte, em terras sem cadastro de propriedade (nos mapas da cidade, os lugares onde vivem estão em branco). Na tentativa de transformar Bombaim num centro financeiro global capaz de rivalizar com Xangai, o surto de crescimento imobiliário acelera e os terrenos ocupados pelos bairros de lata tornam-se cada vez mais valiosos. O valor do terreno em Dharavi, um dos bairros de lata mais importantes de Bombaim, é calculado em dois mil milhões de dólares, e acentuam-se diariamente as pressões no sentido de o limpar, alegadamente por razões ambientais e sociais. As potências financeiras, apoiadas pelo Estado, pressionam no sentido de uma limpeza forçada, nalguns casos com expropriação violenta de um terreno ocupado há uma geração pelos seus habitantes. A acumulação de capital por intermédio da actividade imobiliária é um negócio florescente porque a terra é adquirida quase a troco de nada. Será que as pessoas forçadas a sair recebem uma compensação? As afortunadas recebem alguma. Mas, embora a constituição indiana especifique que o Estado tem obrigação de proteger a vida e o bem-estar de toda a população independentemente da sua casta ou classe, e de garantir os seus direitos de habitação e protecção, o Supremo Tribunal indiano reescreveu este requisito constitucional. Os ocupantes ilegais que não consigam provar em definitivo que

<sup>1</sup> *A Questão do Alojamento*, trad. de Ribeiro da Costa, Porto: R. da Costa, 1971 (Cadernos para o diálogo, 3), p. 35. (N. da T.)

residem há muito tempo na terra que ocupam não têm direito a indemnização. Conceder-lhes esse direito, afirma o Supremo Tribunal, equivaleria a recompensar carteiristas pelos seus actos. Por conseguinte, os habitantes dos bairros de lata vêm-se obrigados a resistir e lutar ou a pegar nos poucos pertences e acampar na berma da auto-estrada ou onde quer que encontrem um espacinho.

Também nos Estados Unidos é possível encontrar exemplos semelhantes de expropriação (embora menos brutais e mais legalistas), por abuso dos direitos de expropriação para fins públicos, quando se desalojam residentes de longa data de habitações decentes, tendo em vista a utilização dos terrenos para fins mais lucrativos (condomínios e grandes superfícies). No Supremo Tribunal dos Estados Unidos, os juizes liberais venceram os conservadores e consideraram perfeitamente constitucional que as jurisdições locais se comportem deste modo para aumentarem a sua base fiscal fundiária. Ao fim e ao cabo, progresso é progresso!

Na década de 1990, em Seul, as construtoras e imobiliárias contrataram esquadrões de lutadores de sumo para invadirem bairros inteiros e destruírem com marretas não apenas as habitações mas também os pertences das pessoas que tinham construído as suas casas na década de 1950, nas colinas da cidade, em terrenos que se tinham tornado valiosos. Neste momento, a maior parte dessas colinas está coberta de torres altas que não guardam vestígios do processo brutal de limpeza dos terrenos que permitiu a sua construção. Na China, milhões de pessoas estão neste momento a ser expropriadas dos espaços que ocupavam há muito. Como não possuem direitos de propriedade, o Estado pode expulsá-las da terra, oferecendo-lhes um pagamento mínimo em dinheiro para as ajudar a sair (antes de entregar os terrenos a imobiliárias com uma elevada taxa de lucro). Em alguns casos, as pessoas saem voluntariamente, mas também há notícia de actos generalizados de resistência, a reacção usual é a repressão brutal do Partido Comunista. As populações de zonas rurais próximas das cidades também estão a ser expulsas sem cerimónia, à medida que as cidades se vão expandindo. O mesmo se passa na Índia. Os governos centrais e os dos estados estão a favorecer as zonas especiais de desenvolvimento económico, o que desencadeia violência contra os produtores agrícolas: o acontecimento

mais grave foi o massacre de Nandigram em Bengala Ocidental, orquestrado pelo partido marxista no poder, destinado a abrir caminho ao capital indonésio, tão interessado no desenvolvimento imobiliário como no desenvolvimento industrial.

Estes processos, no entanto, não deixam de suscitar resistência. Os movimentos sociais urbanos fazem-se notar em toda a parte. Por vezes, a sua base é reduzida, como no caso de um movimento contra a «gentrificação» aqui e de outro movimento em defesa de habitações com preços razoáveis ali. Mas também há casos em que estes movimentos começam a aglutinar-se em torno de uma exigência mais vasta, como, por exemplo, aquilo a que os Brasileiros chamam «direito de morar» ou que outros designam por «direito à cidade» — o direito de construir uma nova geografia urbana mais consentânea com os princípios da justiça social e do respeito pelo ambiente.

Por conseguinte, o direito de participar na criação da geografia do capitalismo é um direito contestado. Enquanto as relações de poder nesta conjuntura privilegiarem inquestionavelmente a associação entre o capital e o Estado em detrimento de tudo o resto, haverá forças de oposição significativas. E, neste momento, tanto o capital como o Estado estão na defensiva, pois vêem contestadas as suas pretensões de estarem a actuar em benefício de todos, bem como de serem os benfeitores de toda a humanidade por via da interminável acumulação de capital baseada no mercado.

★ ★ ★

Porém, por trás de todas as contingências e incertezas envolvidas na criação e recriação perpétuas da geografia do capitalismo, desponta um poder singular ao qual ainda não foi concedido um lugar apropriado na nossa compreensão, não só da geografia histórica do capitalismo, mas também da evolução geral do poder de classe capitalista. A criação de novas geografias implica mudanças na terra e sobre a terra. Os seus proprietários têm tudo a ganhar com essas mudanças. Podem beneficiar imenso da valorização das terras e do aumento das rendas tanto das terras como dos recursos «naturais» nelas contidos. Esse aumento das rendas e do valor das

propriedades depende quer dos investimentos feitos quer dos investimentos que alteram as relações de espaço de modo a valorizar a terra pelo melhoramento da sua acessibilidade. Longe de constituírem uma «classe residual» de aristocratas fundiários ou de senhores feudais, estes interesses imobiliários desempenham um papel activo na criação e recriação da geografia do capitalismo como meio de fortalecer o seu rendimento e o seu poder.

Por conseguinte, o investimento em rendas da terra, de propriedades, de minas e de matérias-primas torna-se uma proposta atraente para todos os capitalistas. Generaliza-se a especulação nesses valores. A produção da geografia do capitalismo é impedida pela necessidade de realizar ganhos especulativos com esses activos. Logo que se iniciou o processo de suburbanização nos Estados Unidos, por exemplo, a renda dos terrenos na periferia começou a aumentar e os especuladores não tardaram a precipitar-se sobre eles como gafanhotos. Para terem ganhos especulativos, tiveram de garantir que se materializariam investimentos públicos em auto-estradas, esgotos, abastecimento de água e outras infra-estruturas que valorizariam os seus terrenos. Para garantir a concretização desses investimentos, promotores imobiliários e proprietários das terras subornaram ou financiaram por meios legais campanhas políticas para eleger representantes. As engrenagens da rápida suburbanização foram magnificamente oleadas por essas actividades e, como é óbvio, o processo de suburbanização tornou-se autopropulsionado, ancorado neste desejo de valorizar a terra. Como é evidente, os excessos são sempre possíveis. Veja-se o que aconteceu aos preços das terras no Japão desde que atingiram o topo cerca de 1990. Uma encosta oleada tanto pode facilitar a ascensão, como dar origem a um movimento deslizante descendente.

O dinheiro que se pode ganhar (e perder) com a criação de novas geografias e de novas relações espaciais é demasiadas vezes ignorado enquanto aspecto fundamental da reprodução do capitalismo. Nos primeiros anos do século XX, o crítico social Thorstein Veblen formulou a hipótese de a riqueza da «classe ociosa» (como lhe chamava) nos Estados Unidos se dever tanto às especulações com a terra e o desenvolvimento urbano como com a esfera mais frequentemente falada da produção industrial. É possível que isso

se tenha verificado durante muito tempo, até na Grã-Bretanha, pois o aumento do valor da terra e das rendas em torno de Londres desde o século XVII parece ter contribuído muito mais para o aumento da riqueza das classes superiores do que a ascensão do sistema industrial. E como vimos mais atrás a propósito da China, grande parte da riqueza que alimentou o processo de formação de classes provinha dos ganhos especulativos com projectos imobiliários urbanos (basta observar o perfil de Xangai).

O poder dos proprietários de terras e de recursos tem sido muito subestimado, tal como o papel desempenhado pelos valores e rendas da terra e dos recursos na circulação e acumulação globais do capital. Este campo representa mais de 40% da actividade económica em muitos países capitalistas avançados. Não admira que as infra-estruturas urbanas sejam uma componente fundamental nos pacotes de estímulos que os governos estão a conceber actualmente para consolidar as suas economias periclitantes. Além do mais, é vital encarar este poder como uma força activa e não passiva, porque é precisamente através da criação de novas geografias que os proprietários de terras (aliados aos promotores imobiliários, aos construtores e, evidentemente, aos omnipresentes financeiros) promovem as suas posições de classe ao mesmo tempo que contribuem com soluções fundamentais para o problema de absorção dos excedentes de capital.

Esta solução, no entanto, é uma espada de dois gumes. Porque investem em rendas da terra (mesmo sobre velhas propriedades amortizadas há décadas), os capitalistas impõem o equivalente a uma taxa sobre todas as outras formas de actividade capitalista, bem como sobre todos os que residem na terra. O que teria funcionado como «dádivas gratuitas da natureza» (incluindo dádivas gratuitas dessa «segunda natureza» criada por milénios de actividade humana no trabalho da terra) figura agora como uma dispendiosa corveia sobre as formas produtivas da actividade capitalista. Alguns produtores são forçados a sair de locais com rendas elevadas porque não têm dinheiro suficiente para trabalhar neles. A pressão no sentido de os salários locais acompanharem os preços em ascensão da terra e das propriedades em determinados locais torna-se irresistível. Os funcionários públicos de Londres

recebem um subsídio para cobrir os custos crescentes da vida urbana. Os rentistas e promotores imobiliários, apoiados pelos financeiros, desempenham o seu papel não apenas na reorganização da geografia do capitalismo mas também na produção de crises e na contribuição para uma estagnação a longo prazo. Lord Keynes imaginou esperançosamente aquilo a que chamou a «eutanasia do rentista». Infelizmente, o rentista está bem vivo ainda que não viva muito bem, devido aos condomínios vazios que enchem as paisagens urbanas de Nova Iorque, Miami, Las Vegas e Dubai.

Se a renda e o valor da terra são as categorias teóricas por meio das quais a economia política integra a geografia, o espaço e a relação com a natureza nas ideias do capitalismo, então elas não se tornam residuais nem secundárias na teoria sobre o modo como o capitalismo funciona. Como vimos antes no caso do juro e do crédito, a renda tem de ocupar um lugar de primeira linha na análise, em vez de ser tratada como uma categoria secundária de distribuição, como acontece nas teorias marxistas e nas teorias económicas convencionais. Só desta forma podemos associar um entendimento da produção em curso do espaço e da geografia, por um lado, e da circulação e acumulação do capital, por outro, e relacioná-los com os processos de formação de crise a que tão claramente dizem respeito.